

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PAULA CRISTINA DAMASIO

APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES QUANTO A UTILIZAÇÃO DAS
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM RELAÇÃO AO
PROCESSO DE INCLUSÃO EM ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

CURITIBA

2011

PAULA CRISTINA DAMASIO

APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES QUANTO A UTILIZAÇÃO DAS
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM RELAÇÃO AO
PROCESSO DE INCLUSÃO EM ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina Metodologia da Pesquisa Científica como requisito parcial para aprovação no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Mídias Integradas na Educação, Coordenação de Integração de Políticas de Educação a Distância da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^a. Dra Sandra Lopes Monteiro

CURITIBA

2011

TERMO DE APROVAÇÃO

PAULA CRISTINA DAMASIO

APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES QUANTO A UTILIZAÇÃO DAS
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM RELAÇÃO AO
PROCESSO DE INCLUSÃO EM ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado e aprovado para obtenção de título de Especialista em Mídias Integradas na Educação, Coordenação de Integração de Políticas de Educação a Distância da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^a. Dra Sandra Lopes Monteiro

.....

Banca Examinadora

.....

.....

.....

Curitiba, ____ de _____ de 2011.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu marido Maurício e a meus filhos Ricardo e Letícia que me apoiaram na realização deste trabalho.

A todos os profissionais que estão envolvidos com a Educação a Distância e que vêm nesta modalidade de ensino uma esperança para a melhoria da qualidade das escolas públicas do país.

“Se o professor voltar a aprender, voltar a estudar, voltar a se valorizar, ele passa a cuidar bem do aluno, e o aluno cresce de maneira impressionante. Não sou contra a tecnologia, os computadores, as antenas parabólicas, mas digo sempre: a peça principal da tecnologia é o professor”.

(Pedro Demo)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada.

Agradeço também ao meu esposo Maurício e aos meus filhos Ricardo e Letícia que de forma especial e carinhosa me incentivaram na busca pelo conhecimento.

Agradeço as minhas colegas virtuais pela troca de experiências e pela parceria.

A minha amiga Glaucia, por ser incentivadora nos momentos mais difíceis.

A direção e aos professores, pela participação e apoio em todos os momentos da pesquisa.

A minha Orientadora Sandra Monteiro que me orientou, com muita paciência e sabedoria, na elaboração e conclusão deste trabalho.

RESUMO

O presente estudo visa encaminhar reflexões sobre o processo de inclusão e, especificamente, no que se refere ao aperfeiçoamento dos professores para o enfrentamento desta realidade não deixando de considerar a importância das tecnologias para o alcance deste objetivo. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino vem sendo alvo de muitos estudos e discussões no cenário educacional. Tais discussões são muito bem desenvolvidas por autores como: Maria Tereza Egler Mantoan, Mara Lúcia Madrid Sartoretto, e amplamente amparada por lei em muitos documentos como a Declaração de Salamanca e de Cochabamba. Este estudo se propõe a promover uma reflexão sobre o aperfeiçoamento de professores para a utilização das TICs no processo de inclusão em escolas da rede estadual de ensino do Paraná. A metodologia aplicada foi uma pesquisa-ação com a participação dos professores de uma instituição da rede pública. Foram participantes desta pesquisa cerca de sete professores do sistema regular de ensino e que possuíam em suas turmas alunos de inclusão. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário com respostas fechadas e abertas e que abrangem os objetivos da pesquisa. Os dados coletados foram relatados e os resultados obtidos evidenciaram que na análise do tema sobre “a inclusão”, muitos professores concordam parcialmente com a inclusão, pois, acreditam ser um processo que visa dar oportunidade e integração aos alunos com necessidades educacionais especiais, porém, salientam que acreditam que o grande número de alunos em sala de aula, o espaço físico inadequado, aliados a falta de preparo dos profissionais são os grandes entraves da inclusão. Na prática de intervenção pedagógica propôs-se momentos de estudos que atendam as necessidades e dificuldades apresentadas pelos participantes e contemplem conhecimentos teóricos sobre o assunto. Considera-se que este estudo atingiu os objetivos propostos, visto que possibilitou identificar as necessidades e levantar sugestões para melhora do atendimento aos alunos de inclusão.

PALAVRAS CHAVES: Inclusão. Formação Continuada. Tecnologias da Informação e da Comunicação

ABSTRACT

The present study visa forward reflections on the process of inclusion and, specifically, as regards improvement of teachers to confront this reality while considering the importance of technology to reach this goal. The inclusion of pupils with special educational needs in regular education system has been the target of many studies and discussions on educational scenario. Such discussions are very well developed by authors such as: Maria Tereza Egler Mantoam, Mara Lucia Madrid Sartoretto, and widely supported by law in many documents as the Declaration of Salamanca and Cochabamba. This study proposes to promote a reflection on the improvement of teachers to the use of ICTs in the process of inclusion in schools statewide network of education of Paraná. The methodology applied was an action research with the participation of the teachers of an institution of public network. Were participants of this survey about seven teachers teaching regular system and they owned in their classes students of inclusion. The instrument used for data collection was a questionnaire with closed and open and answers covering the aims of research. The data collected were reported and the results obtained showed that the analysis of the theme on "inclusion", many teachers agree partially with inclusion therefore believe to be a process that aims to give opportunity and integrating students with special educational needs, however, stress that they believe the great number of students in the classroom, the inadequate physical space, allies lack staging professionals are major barriers to inclusion. In practice the pedagogical intervention proposed moments of studies that meet the needs and difficulties presented by the participants and addressing theoretical knowledge on the subject. This study has reached the objectives proposed, since enabled to identify needs and raise suggestions for improvement of care students of inclusion.

KEYWORDS: Inclusion. Continued training. Information and communication technologies

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 Educação Especial Inclusiva.....	12
2.2 O Uso das TICs no Processo de Ensino Aprendizagem dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.....	14
2.3 Formação Continuada: Um dos Caminhos para a Inclusão.....	17
3 APRESENTAÇÃO DO CORPUS.....	20
4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	22
CONCLUSÃO.....	28
REFERÊNCIAS.....	29
SITOGRAFIA.....	30
APÊNDICE.....	30

1 INTRODUÇÃO

A população, de maneira geral, precisa ter consciência de que as pessoas com as mais diversas deficiências, sejam elas, físicas ou intelectuais, fazem parte da sociedade e têm direito a ser atendidas em suas necessidades educacionais especiais, cabendo à escola garantir a elas o acesso e a possibilidade de participação na sociedade, acomodação no ambiente escolar independentemente de suas condições físicas, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. A inclusão deve acolher crianças das mais diferentes deficiências, superdotadas, crianças de rua, crianças pertencentes à minoria lingüísticas, étnicas, culturais, crianças pertencentes a grupos marginalizados...

O atendimento a crianças com necessidades especiais tem sido foco de debates no âmbito mundial, tendo como marco a Declaração de Salamanca (1994) onde os governantes dos países participantes assumiram o compromisso de buscarem dentro das políticas públicas, meios de inserir socialmente estas crianças com necessidades especiais, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.

A escola inclusiva deve promover uma educação de alta qualidade para todos os educandos, modificando atitudes discriminatórias, criando um ambiente acolhedor e principalmente desenvolvendo uma sociedade mais inclusiva. A admissão de que a escola necessita e que deve se capacitar para exercer essa função, onde o verdadeiro desafio está na numa pedagogia voltada na criança, essa capaz de educar a todas as crianças, incluindo aquelas que possuem desvantagens. Esse panorama abre caminho para a transformação dos sistemas de ensino, onde a formação de professores precisa ser efetivada para que os mesmos tenham subsídios para a escolha de recursos, de materiais didáticos e pedagógicos que efetivem a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Prever os tipos de apoio, serviços especializados, as tecnologias e/ou recursos didáticos mais adequados aos alunos com dificuldades de aprendizagem, de modo que a maioria alcance os objetivos propostos, é tarefa dos professores, mas para que esta tarefa venha a ser realizada com sucesso, se faz necessário a formação continuada ou o aperfeiçoamento desse professor.

Atualmente a profissão professor necessita de uma busca constante de atualização, o mercado de trabalho exige um profissional competente, que esteja apto a enfrentar os desafios da modernidade.

A formação continuada tem por objetivo romper com os métodos convencionais de ensino e criar estratégias que se constituam uma prática educacional transformadora. Os professores precisam ser preparados para trabalhar com o ‘especial’ da educação a “Educação Especial”, precisam ser capazes de elaborar atividades, criar materiais, apoiar-se nas tecnologias e prever formas de avaliar esses alunos, retroalimentando seu planejamento e reavaliando sua metodologia.

Nossa constituição brasileira (1988) prescreve: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino” (Art. 208 – Inciso III). Entretanto, mesmo com o amparo de diversas leis favorecendo a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares, existe ainda muito a se buscar para a real efetivação deste processo.

Muitas são as dificuldades enfrentadas pelas escolas públicas brasileiras, tais como as de origem financeira, de espaço físico adaptado para as pessoas com deficiências, de pessoal capacitado para atendê-los, de formação continuada para os professores tanto em serviço como em formação. Para que a inclusão não seja considerada somente ‘estar fisicamente presente’, mas sim, que todas as crianças aprendam juntas sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades que elas possam ter, faz-se necessário uma educação que se volte para a diferença e, principalmente, para o preparo do profissional que com ela irá trabalhar.

A capacitação de professores é um fator de suma importância para o bom desempenho dos alunos. Sendo assim, a escola precisa utilizar o espaço disponível na própria instituição para que o aperfeiçoamento dos professores aconteça e para que o mesmo reflita sobre suas metodologias, buscando diversificá-las. O uso das “novas tecnologias” é indispensável visto que elas invadem nosso cotidiano e a vida dos nossos alunos, sendo necessário que o professor se atualize, para fazer uso de tais ferramentas.

Cada vez mais nos deparamos com a necessidade de desenvolver os processos de inclusão em turmas de ensino regular. Os pais dos alunos com

necessidades educacionais especiais apostam na escola como instituição capaz de interagir com esses sujeitos, desenvolvendo-os e capacitando-os como indivíduos ativos e capazes na sociedade da qual participam. Já professores, pedagogos, funcionários e direção muitas vezes não sabem o que fazer, como ajudar os alunos com necessidades especiais.

Os professores, principais atores nesse processo, questionam os pedagogos no que diz respeito à inclusão: O que ensinar? Como ensinar? Que recursos didáticos utilizar? Como avaliar?

Diante disso, a questão que norteia esse estudo é: **como promover o aperfeiçoamento de professores nas “novas tecnologias” para atuar com alunos especiais em classes regulares?**

Este estudo se propôs a promover uma reflexão sobre o aperfeiçoamento de professores para a utilização das TICs no processo de inclusão em escolas da rede estadual de ensino do Paraná.

Baseando-se nessa perspectiva buscou-se relatar o que realmente é a Educação Inclusiva, baseando-se nas Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica e também na LDB- 9394/96 que rege o que diz respeito a educação no nosso país. Fez-se também um breve relato sobre o uso das TICs no processo de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais e pesquisou-se sobre um dos principais caminhos para a inclusão, que é a formação continuada de professores e de todos os envolvidos com a Educação, sendo está também amparada por lei e que muito pode contribuir para uma escola pública de qualidade para todos, sem distinção ou qualquer tipo de preconceito.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação Especial Inclusiva

Muito se fala em Educação Especial e inclusão, mas nem sempre se tem uma noção correta a seu respeito. Define-se então:

- Educação Especial: “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (LDB 9394/96, V, Art.58).

- Incluir: Abranger, compreender, envolver, implicar, somar” (BUENO, 1996, p.359).

A inclusão só é possível se houver respeito à diferença, se as escolas reconhecerem e derem respostas as necessidades diferenciadas dos alunos, adotando práticas pedagógicas que permitam as pessoas, independente de suas necessidades, aprenderem, e acima de tudo, ter reconhecidos e valorizados os seus conhecimentos, seu ritmo, na medida de suas possibilidades.

Segundo Sartoretto (2008) “Qualquer procedimento, pedagógico ou legal que não tenha como pressuposto o respeito à diferença e a valorização de todas as possibilidades da pessoa deficiente, não é inclusão”.

Incluir é aceitar no outro a diferença, conviver com as diferenças, estabelecer uma interação favorável para ambas às partes (alunos com e sem necessidades educacionais especiais).

A Educação Especial deve ser vista como parte integrante da Educação Básica, ou seja, o aluno com necessidades especiais deve ser atendido no mesmo ambiente que o aluno do ensino regular. Então incluir é possibilitar a esses alunos a interação com os outros alunos, uma vez que o aluno com necessidades especiais é inserido em classes regulares de ensino, sendo tão digno e merecedor da Educação como qualquer outra pessoa. Porém é bom ressaltar quem são os alunos com necessidades educacionais especiais.

O parecer nº 17/2001 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2001), instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e definiu como alunos com necessidades educacionais especiais aqueles que apresentam, durante o processo ensino – aprendizagem:

- I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:
 - a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;
 - b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;
- II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Logo, consideram-se alunos com necessidades especiais aqueles que apresentem comportamentos que não conseguem acompanhar os encaminhamentos das práticas pedagógicas rotineiras em sala de aula. É necessário que o professor faça modificações e ou adequações no currículo, sem os quais eles não conseguirão realizar as aprendizagens ao nível de suas capacidades.

São alunos que se diferenciam pelo seu ritmo de aprendizagem, apresentam dificuldades e que necessitam de sinais ou códigos para se comunicar, ler ou escrever.

Enfim, são pessoas que durante o processo de ensino aprendizagem necessitam de adaptação nas condições materiais de ensino, na apropriação dos saberes escolares por meio dos mais diversos tipos de estratégias, pois sem essa adaptação a permanência na escola não terá qualquer significado, já que não poderão compartilhar os resultados de suas aprendizagens, suas evoluções e seus progressos.

A amplitude do aluno com necessidades educacionais especiais vai muito além dos grupos considerados com deficiência, abarca também os alunos com características comportamentais como o Transtorno Global do Desenvolvimento e Transtorno Funcional Específico, desta forma percebe-se que a denominação necessidades educacionais especiais é muito mais ampla do que se imagina, visto que retrata a diversidade do alunado da Educação Especial.

2.2 O Uso das TICs no Processo de Ensino Aprendizagem dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

Um dos assuntos que permeia a Educação atualmente é a prática docente através do uso de Tecnologias de Informação e da Comunicação que, além de favorecer determinados comportamentos, influencia nos processos de aprendizagem. Quando fala-se aqui em tecnologias, não quer somente se remeter ao uso do computador, mas sim de qualquer aparato que o professor a

muito tempo já faz uso, como por exemplo o retroprojeter, o projetor de slides, a televisão... Percebendo nestas tecnologias não somente meios suficientes para garantir um avanço na educação e solução para os problemas, mas sim um aliado

A utilização das TICs devidamente adequada ou adaptada pode viabilizar e favorecer o desenvolvimento e aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais, desde que ela seja compreendida e incorporada pedagogicamente e ainda pode contribuir com o processo de inclusão desses alunos num contexto escolar regular.

Segundo Mantoan (2000),

para se tornarem inclusivas, acessíveis a todos os seus alunos, as escolas precisam se organizar como sistemas abertos, em função das trocas entre seus elementos e com aqueles que lhe são externos. Os professores precisam dotar as salas de aula e os demais espaços pedagógicos de recursos variados, propiciando atividades flexíveis, abrangentes em seus objetivos e conteúdos, nas quais os alunos se encaixam, segundo seus interesses, inclinações e habilidades... (p.02)

Faz-se necessário, então, que a escola sofra mudanças profundas quanto aos seus tempos e espaços, métodos e metodologias, atividades e avaliações, cabendo aos educadores refletir sobre esse novo contexto e buscar estratégias para que culminem num verdadeiro desenvolvimento do potencial desse público que passamos a atender – os alunos com necessidades educacionais especiais.

Neste sentido as tecnologias podem fazer a diferença por se tratar de recursos didáticos altamente atrativos, instigantes e estimulantes, sendo muito valiosos no processo de ensino aprendizagem.

Numa proposta inclusiva se faz necessário promover uma aprendizagem contextualizada, inovadora, eficiente, capaz de inserir esses alunos, pois assim, permitirá ao aluno com necessidades educacionais especiais uma sincronia com o mundo em que se encontra e onde atua, meio este que onde o mesmo tem que se adaptar dependendo da sua deficiência. É importante proporcionar-lhe a oportunidade de aprender, interagir, criar, pensar e ter acesso as mais variadas tecnologias que o auxiliem a superar as barreiras que muitas vezes encontra devido as suas limitações.

Outro item importante é pelo fato de ficar mais em evidência as suas aptidões ou preferências no modo de aprender, pois cada um aprende de um

modo, uns pela oralidade, outros pelo visual ou pela percepção que lhe estiver mais aguçada, cabe então ao professor utilizar-se dos meios e instrumentos mais variados que dispuser de forma responsável e criativa, valorizando as diferenças de cada um, aproximando-os dos demais alunos e da realidade que o cerca.

Os recursos didáticos, entre eles as mídias, podem promover situações de aprendizagem que favoreçam a construção do conhecimento, tanto para os alunos com necessidades educacionais especiais, quanto para os alunos do ensino regular.

Estamos assim colaborando com uma escola mais inclusiva, comprometida com os ideais de formação de indivíduos, comenta Mantoan (2000),

... em uma palavra, precisamos somar competências, produzir tecnologia, aplicá-la à educação, à reabilitação, mas com propósitos muito bem definidos e a partir de princípios que recusam toda e qualquer forma de exclusão social e toda e qualquer atitude que discrimine e segregue as pessoas, mesmo em se tratando das situações mais cruciais de apoio às suas necessidades. (p.58).

O processo de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais é fator preponderante a inclusão destes alunos. A integração por meio da individualização do ensino serve de apoio as dificuldades e compensa as áreas fracas do educando por meio da construção e desconstrução de atitudes e utiliza-se das capacidades que as crianças já possuem, explorando os seus atributos e competências. Assim, abordam-se as áreas fortes da criança e podem-se alargar seus processos de informação para servir como subsídio para abordar as áreas fracas, portanto é importante que o professor levante cotidianamente motivações positivas nos confrontos das atividades que eles devem desenvolver, capaz de torná-los aptos a automotivarem as ações e desenvolverem gradualmente e progressivamente a capacidade de autouso sobre todos os aspectos: desde o jogo até a atividade propriamente cognitiva, da vida na comunidade até aquela em família e no âmbito social, em que deve aprender a viver de modo mais ativo e consciente.

A integração está diretamente ligada às adaptações curriculares e ao desenvolvimento desses alunos, envolvendo a adoção de estratégias para

transformar os sistemas de ensino, os sistemas de avaliação, os sistemas de classificação, os programas, as atividades e o uso de ferramentas tecnológicas.

2.4 Formação Continuada: Um dos Caminhos para a Inclusão

Pensar na inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais em escolas do ensino regular nos leva a repensar na formação inicial de professores, mas, também não podemos esquecer o professor em serviço, dos diretores, membros do conselho de representantes na escola, legisladores. Ninguém pode ser excluído de ser capacitado para a inclusão, todos têm algo a aprender sobre ela.

Essa formação deve principalmente preparar o professor para construir e ampliar suas possibilidades sobre as experiências que já possuem, com o objetivo de alcançar a aprendizagem de todas as crianças e mais especificamente distinguir suas necessidades.

A capacitação desses professores deve ser um caminho para que os educadores se animem a romper o processo instalado e busquem flexibilidade no processo educativo. Nesta caminhada é preciso se levar em conta que ao levantar as exigências pedagógicas para a docência, não basta estudar paradigmas que vem permeando o processo de ensino aprendizagem, nem preocupar-se em treinar professores para uma nova abordagem educacional como se tem visto, nos cursos de graduação. O processo é muito mais amplo e demanda envolvimento, investigação e criação para informar e formar os docentes.

Segundo Mittler (2003)

... os professores precisam de oportunidades para refletir sobre as propostas de mudanças que mexem com seus valores e com suas convicções, assim como aquelas que afetam sua prática profissional cotidiana. Os professores já estiveram sujeitos a uma avalanche de mudanças, nas quais suas visões não foram seriamente consideradas. É importante que a inclusão não seja vista apenas como uma outra inovação (p. 184)

A formação do professor, tanto inicial como em exercício, deve responder ao novo perfil de professor que se caracteriza por sua função, onde o mesmo deve ser capaz de analisar os domínios atuais dos seus alunos, elaborar e criar materiais, desenvolver estratégias que mais estejam adequadas à realidade da escola e da aula. Não se trata de um mero executor do que os outros decidem. Os planos de formação docente não devem centrar – se somente em cursos nos quais se transmitem conteúdos específicos, mas oferecer ao professor tempo, espaço e condições para que o mesmo possa avaliar sua experiência, sua prática cotidiana e refletir nas mudanças que achar necessárias.

De acordo com Mantoan

Sua formação deve possibilitar-lhes a disseminação de conhecimentos sobre pessoas com necessidades educacionais especiais, pela elaboração de referenciais teórico-práticos sobre a aprendizagem e o ensino dessa população e pela construção de referenciais de ação político-administrativa com vistas a, de fato, garantir educação para todos. (2006, p. 68).

Sendo assim, os professores precisam estar preparados para serem capazes de analisar os domínios de conhecimento do alunado, bem como reconhecer as diferentes necessidades de acordo com os processos de aprendizagem, elaborar atividades, criar ou adaptar materiais, estabelecer formas diversificadas de avaliar, para que as avaliações sirvam como diagnóstico para retroalimentar seu planejamento a aprimorar o atendimento aos alunos.

Esta preocupação também se encontra contemplada no documento de Cochabamba, que em seu artigo 3º fala da insubstituibilidade do professor com vista a “assegurar um aprendizado de qualidade na sala de aula”, indicando ainda, a necessidade de se repensar a formação dos professores, conforme expresso no documento:

...A função e a formação docente necessitam ser repensadas com um enfoque sistêmico que integre a formação inicial com a continuada, a participação efetiva em projetos de aperfeiçoamento, a criação de

grupos de trabalho docente nos centros educacionais e a pesquisa numa interação permanente. (UNESCO, 2001)

Se, com a nova legislação, o professor passa a ter obrigações profissionais, os governos também passam a ter obrigações que não podem deixar de ser executadas. Uma das principais obrigações dos governos federal, estadual e municipal é a capacitação de professores para o trabalho educacional com os alunos com necessidades educacionais especiais.

Esta capacitação está prevista no Art. 59 da LDB, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, cursos de licenciatura de graduação plena. (Resolução CNE / CEB Nº 2/2001, Art. 18.º). Neste artigo foram estabelecidos dois tipos de professores para atuarem com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em Educação Especial, na Educação Básica:

1) Professores capacitados; atuam em classe comum e comprovam sua formação em nível médio ou superior, pela inclusão de conteúdos sobre Educação Especial adequadas ao desenvolvimento de competências e valores para:

I - perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;

II- flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;

III – avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;

IV – atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial. (Resolução CNE/CEB Nº 2/2001, Art. 18.º § 1.º).

2) Professores especializados em Educação Especial: os que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e

práticas alternativas, adequados ao atendimento das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. (Resolução CNE/CEB Nº 2/2001, Art. 18.º §2.º).

§ 3º - Os professores especializados em Educação Especial deverão comprovar:

- I - formação em cursos de licenciatura em educação Especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para Educação Infantil ou para os anos iniciais do ensino Fundamental;
- II – complementação de estudos ou pós – graduação em áreas específicas da Educação Especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. (Resolução CNE/CEB Nº 2/2001, Art. 18, §3.º).

O sucesso da escola inclusiva depende principalmente da formação dos professores, pois sem o conhecimento básico sobre as diversidades dos alunos, não há como a inclusão ser implantada e as crianças permanecerem na escola.

Diante deste novo paradigma educacional, que traz novos personagens para a escola, com uma gama de diversidade imensurável, é muito importante que a formação dos profissionais dê conta de estratégias e alternativas capazes de instrumentalizá-los para a execução de um trabalho competente. Mas, de nada adianta toda uma capacitação, se os mesmos não tiverem um amparo através do Projeto Político Pedagógico construído pelo coletivo da escola. Plano este que precisa dar conta das diversidades existentes, considerando que a escola inclusiva aposta em um currículo centrado no aluno, como forma de ajudá-los a superar as dificuldades.

Neste capítulo procurou-se referenciar teóricos sobre o tema estudado e no capítulo seguinte se fará uma apresentação do público trabalhado, da metodologia utilizada e dos resultados alcançados.

3. APRESENTAÇÃO DO CORPUS

Por meio desta pesquisa buscou-se referenciais teóricos sobre o processo de inclusão, suas características legais, possibilidades curriculares e recursos

tecnológicos que venham a auxiliar os professores nesse processo. Esta pesquisa é um estudo com abordagem qualitativa que visa contribuir para o aperfeiçoamento de professores que utilizam as TICs no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Inicialmente foi realizada uma entrevista, por meio de um questionário, com professores que possuem alunos com necessidades educacionais especiais, para buscar informações no que diz respeito a utilização das TICs no processo de ensino aprendizagem destes alunos.

Por intermédio deste mesmo questionário, pesquisou-se qual é a formação destes docentes, área de atuação, tempo de serviço e se os mesmos possuem formação específica na área de Educação Especial.

Investigou-se sobre a opinião dos mesmos em relação à inclusão dos alunos com necessidades educacionais em classes comuns, quais são as dificuldades encontradas pelos professores no trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais, paralelamente qual é a dificuldade encontrada pelos mesmos quanto à utilização das TICs e que sugestões dariam para o uso das tecnologias para efetivação dos processos de inclusão.

Solicitou-se aos entrevistados que os mesmos identifiquem quais as competências, que os professores que possuem alunos de inclusão, precisam ter.

Nas reuniões, preestabelecidas pelo calendário escolar para replanejamento e pré-conselho, bem como, na hora atividade dos professores, promoveu-se momentos de reflexão e busca por tecnologias (softwares, programas, CDs, CD Room, equipamentos específicos para as deficiências intelectuais, auditivas e visuais...) que viessem a auxiliar o trabalho dos professores que possuem em suas turmas alunos com necessidades educacionais especiais.

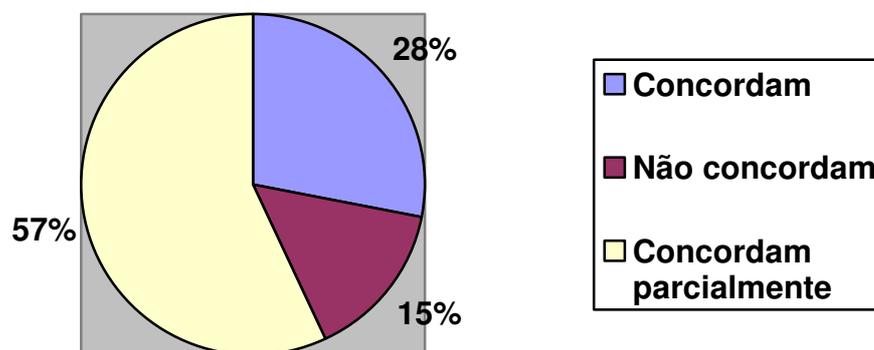
O objetivo maior desta pesquisa foi a dinâmica da formação continuada dos professores para que os mesmos tenham fundamentação teórica e utilizem as TICs para aperfeiçoar suas práticas docentes, redefinindo novas alternativas que favoreçam aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Neste capítulo apresentou-se a metodologia e a entrevista utilizada e posteriormente mostrar-se-á análise dos resultados.

4. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Pesquisou-se por meio de um questionário realizado com sete professores que atendem em suas salas alunos com necessidades educacionais especiais, a idade dos profissionais, seu tempo de atuação no magistério, sua formação e qual a sua disciplina de atuação. A idade dos entrevistados varia entre 23 anos a 38 anos, os pesquisados tem formação e atuam nas disciplinas de Artes, Química, Matemática, Letras – Português / Inglês, Ciências Biológicas, Filosofia / História. Dos entrevistados, dois ainda não cursaram nenhuma especialização, três tem especialização relacionadas às suas disciplinas e dois têm mestrado (em Filosofia e Química) e nenhum dos entrevistados tem especialização em Educação Especial. O tempo de atuação no magistério varia de 1 a 3 anos dos que têm menos experiência e 9 a 18 anos para os mais experientes.

A primeira questão da pesquisa foi sobre a opinião dos entrevistados em relação a inclusão de alunos com necessidades educacionais em classes comuns.



Uma minoria concorda com a inclusão, salientando que é neste espaço que há a socialização, é nesta interação com os outros alunos que os mesmos

desenvolverão suas aptidões físicas, cognitivas e emocionais, fatores esses que contribuirão para o seu desenvolvimento e na sua formação, já uma boa parcela dos pesquisados tem visão oposta no que se refere a essa inclusão, pois acreditam que não estão preparados para o enfrentamento e que essa inclusão pode até atrapalhar o desenvolvimento da aula e dos demais alunos, já a maioria concorda parcialmente com a inclusão, salientam que muitos destes alunos necessitam de uma atenção especial e mais individualizada, sugerem o acompanhamento destes alunos por um professor auxiliar fornecendo assim a estes alunos um atendimento mais personalizado. Julgam a troca de experiências entre esses alunos, fator positivo para ambos e acreditam que é na formação continuada ou na qualificação que obterão a capacitação para o melhor atendimento destes alunos.

O domínio sobre os conhecimentos em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais, não pode ser somente dos especialistas, mas deve ser pelo número máximo de educadores e profissionais ligados a eles. É notório o pouco preparo teórico e prático dos professores em relação a inclusão, segundo Mantoan,

Muitos deles quando completaram seus estudos para o exercício do magistério, não tiveram acesso a esses conhecimentos, o que era tratado em estudos complementares realizados no geral em habilitação do curso de pedagogia. (2006, p. 58).

Sabe-se, contudo que essa formação deficitária em relação à inclusão não deve ser pontuada como fator de exclusão, esses profissionais precisam ser motivados a refletirem, acompanhados de sustentação teórico-prática. Os professores precisam ter dimensões reais que esta mudança prática trará na sua vida profissional, refletindo também para os alunos, para a escola e para o sistema de ensino.

No que diz respeito às dificuldades enfrentadas pelos pesquisados em relação à inclusão, citam o preconceito, o despreparo dos professores, como dificuldades de natureza humana e metodologia, superlotação das salas de aula e estrutura das instituições, como dificuldades físicas.

Quanto a dificuldade física pode-se estabelecer um paralelo com a acessibilidade, também amparada por lei.

Segundo o Decreto nº 5.296 “acessibilidade está relacionada em fornecer condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. No mesmo documento, barreiras são definidas como qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação (DECRETO nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004,2004).

A acessibilidade ainda está muito distante do ideal nas Escolas públicas do Estado do Paraná, há ainda muito por fazer tanto em termos de respeito condições de cidadania quanto em termos de barreiras arquitetônicas. Apenas alguns exemplos: apesar das normas aprovadas sobre as adaptações arquitetônicas, a maior parte das instituições de ensino continuam a ser verdadeiros labirintos ou quebra-cabeças que podem ser consideradas como expressão física das barreiras sociais, culturais e de discriminação econômica. A acessibilidade arquitetônica deve ser vista como condições de acolhimento, conforto e facilidade em todas as dependências da instituição. Nesse sentido, a acessibilidade física das instituições educacionais ainda representa um problema a ser resolvido: o grande esforço dos alunos com problemas de mobilidade para chegarem à escola, transitarem nos corredores, mudarem de salas, entre outros problemas de acesso, muitas vezes é um esforço maior do que se exige dos outros estudantes. Esse fato não contribui para uma igualdade de oportunidades.

No que diz respeito às sugestões dos professores pesquisados para efetivação do processo de inclusão através das novas tecnologias, os professores comentam ser fator essencial a capacitação dos docentes para que os mesmos dominem as tecnologias e reconheçam a real função da ferramenta utilizada, ampliação da estrutura física (quanto a qualidade e quantidade), bem como a inserção de projetos para verificar a contribuição das TICs na aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais e também do alunado de turmas regulares. Citam também a utilização de recursos áudio-

visuais para alunos com as mais diversas dificuldades, utilizando principalmente aulas em data-show ou em TV pendrive.

Para que as tecnologias não sejam apenas um aparato utilizado e o professor não seja considerado 'tradicionalista ou quadrado', se faz necessário que o professor compreenda e aceite que as tecnologias são essenciais para aprendizagem, mas que acima de tudo essas tecnologias proporcionam uma modificação na própria metodologia, pois estimulam a pesquisa, a elaboração própria, com o desenvolvimento da criatividade e da crítica.

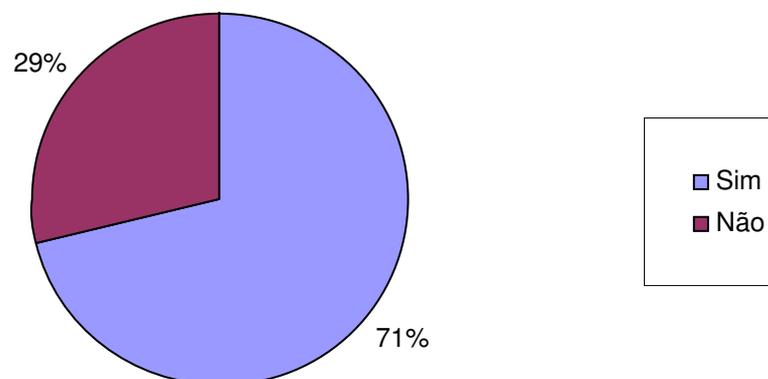
Segundo Brito,

O uso de tecnologia na educação para o professor implica conhecer as potencialidades desses recursos em relação ao ensino das diferentes disciplinas do currículo, bem como promover a aprendizagem de competências, procedimentos e atitudes por parte dos alunos para utilizarem as máquinas e o que elas têm a oferecer de recursos.

(2006, p. 47).

As tecnologias proporcionam novas formas de comunicação, novas práticas, novas maneiras de aprender e principalmente novas maneiras de produzir conhecimento, facilitando a aprendizagem dos alunos que possuem dificuldades e também daqueles que não as possuem.

Quando questionados quanto a utilização das TICs no processo de ensino aprendizagem:



A maioria diz fazer uso e um baixa porcentagem alega não conhecer e não fazer uso. Dos pesquisados que tiveram resposta positiva quanto ao uso das TICs, relatam que fazem uso em suas aulas para aprimorarem sua metodologia e conseqüentemente a aprendizagem dos alunos. Utilizam a TV pendrive, músicas, vídeos, imagens, retroprojeto, datashow, computadores com acesso a internet, softwares específicos de cada disciplina.

Quando questionados quanto a competência que os professores devem ter para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, citam: conhecimento da língua de sinais (LIBRAS), facilidade de comunicação, ser flexível, desprovido de preconceitos, possuir habilidade para lidar com situações conflitantes, ser polididático, criativo, atencioso e acima de tudo ter vontade e dominar os conteúdos.

Tais posturas nem sempre estão presentes no dia a dia da escola, alguns professores muitas vezes acabam tomando posturas pessoais em relação aos alunos com deficiências reagindo à presença desses com enorme embaraço. Optam muitas vezes por aprová-los, baixando as exigências da avaliação, desse modo, ainda se nota em salas de ensino regular uma inclusão fragmentada ou pseudo inclusão, lembrando a exclusão e a segregação tão questionadas em outras circunstâncias da trajetória da Educação Especial. Observa-se, portanto, que os princípios da inclusão escolar nem sempre estão voltados para as peculiaridades que envolvem o aluno com necessidades educacionais especiais uma vez que existem deficiências que de fato impedem o aprender de forma homogênea.

Os professores ao mesmo tempo em que se sentem amedrontados sabem da importância da inclusão não só para os alunos com necessidades educacionais especiais, mas também para os alunos 'ditos normais' e citam como ponto positivo a troca de experiências, pois assim os alunos considerados 'normais' terão a oportunidade de 'crescer' no emocional, na sensibilidade e no amor ao próximo e conseqüentemente aprendem a conviver com as diferenças.

É importante salientar que cada aluno faz parte de um grupo social e que cada grupo é regulamentado por usos, costumes, tradições e regras que precisam ser observados pelos profissionais que irão trabalhar com eles. Mais do que nunca será necessária a elaboração de um Projeto Político Pedagógico que

dê conta das necessidades locais, articulando os diversos setores da escola com vistas à sustentação de um plano pedagógico coerente com o compromisso de contribuir para a construção do processo de consciência e formação da cidadania, entendido com exercício pleno e democrático de seus direitos e deveres.

A formação e a capacitação dos profissionais docentes é ponto fundamental para o ensino que atende diferentes especificidades educativas especiais e que, para sua efetivação, necessitam de profissionais comprometidos e competentes na sua ação pedagógica.

A Educação Inclusiva é a garantia de acesso contínuo ao espaço da escola por todos, levando a sociedade a criar relações de acolhimento à diversidade humana e aceitação das diferenças individuais, representando um esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, conforme registra a Declaração de Salamanca:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade. (1994, p.61).

Tudo isso parece muito aos olhos dos professores, mas é o mínimo que podemos oferecer a esses alunos que, de certa forma, estão sempre sendo excluídos do convívio social.

Para Mantoan, existe dois grandes desafios que estão sendo colocados para os sistemas de ensino e para a sociedade: “fazer que os direitos ultrapassem o plano do meramente instituído legalmente e construir respostas educacionais que atendam às necessidades dos alunos” (2006, p. 69).

A formação continuada é que deve dar conta de preparar o professor para a construção de alternativas que auxiliem a aprendizagem destes alunos, não simplesmente para informar princípios filosóficos da inclusão, mas sim para promover a discussão e a busca por estratégias, pois segundo Rosângela

Prieto, “É preciso promover sua continuidade com aprofundamento das reflexões e da formulação de proposições para construir alternativas de escolarização para todos.” (2006, p. 103).

As normas e os projetos dos sistemas de ensino, além das mudanças já citadas, devem prever jornadas de trabalho nas quais os professores disponham de tempo para planejar, estudar, construir alternativas educacionais e paralelamente existam condições de aplicabilidade das ações e de estrutura para as possíveis retomadas.

CONCLUSÃO

A partir do momento que reconhecemos que a Educação é para todos e que a aprendizagem faz parte do desenvolvimento dos seres humanos, é necessário mais do que receber as crianças com necessidades educacionais especiais no espaço escolar: é imprescindível zelar pelo desenvolvimento dessas crianças nesse espaço.

Faz-se necessário, então, que a escola sofra mudanças profundas quanto aos seus tempos e espaços, cabendo a nós educadores, e também aos outros profissionais envolvidos no processo, refletir sobre esse novo contexto e buscar estratégias para que culminem num verdadeiro desenvolvimento do potencial desse público alvo que passamos a atender – as crianças com necessidades educacionais especiais.

A formação continuada é o fator de maior importância dentro deste contexto, pois é por meio dela que os educadores buscarão subsídios para trabalhar com esses alunos, sanarão suas dúvidas, buscarão integrar as TICs ao processo de ensino e aprendizagem, levando em consideração as dificuldades dos educandos.

É necessário que impere na escola inclusiva um regime educativo especial para as crianças com necessidades educacionais especiais. Esse regime consiste na adaptação das condições em que se processa o ensino e a aprendizagem dos alunos, reconsiderando currículo, reorganizando espaços, adaptando e diversificando materiais e flexibilizando as condições de avaliação.

Vencer esse desafio de construir uma escola que atenda a diversidade que nela impera requer um olhar diferente dos educadores que precisam se comprometer em contribuir para o processo de construção do conhecimento da criança e manter o seu olhar voltado para as potencialidades e possibilidades dela, e não para suas dificuldades ou sua deficiência.

Ao conseguirmos atender esse público alvo, estaremos aptos a atender também todas as outras crianças, fazendo da escola um lugar capaz de lidar com a diversidade humana.

Apostar na educação Inclusiva é acreditar que seremos capazes de contribuir para uma transformação social, que trate efetivamente a todos dentro dos princípios de igualdade, da solidariedade e da convivência respeitosa entre os indivíduos. Acreditar no processo de inclusão é viabilizar a possibilidade de se buscar alternativas de permanência do aluno na escola, respeitando seu ritmo de aprendizagem e elevando sua auto-estima. É banir em definitivo o hábito de excluir, que tanto tem empobrecido a nossa sociedade. É reconhecer que somos diferentes, mas que devemos ter as mesmas oportunidades de acesso a uma vida melhor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Presidência da República**. Lei 93/94, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRITO, G.; PURIFICAÇÃO, I. **Educação e novas tecnologias**: um re-pensar. Curitiba: lbpex,2006.

MANTOAN, Maria Tereza Égler e PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: ArtMed, 2003.

SITOGRAFIA

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer nº 17/2001. 3 de julho de 2001. Disponível em: < [www.mec.gov.br/seesp/ftp/ Diretrizes.pdf](http://www.mec.gov.br/seesp/ftp/Diretrizes.pdf)>. Acesso em 05/08/2010.

BRASIL/CNE/CEB. **Resolução CNE/CBE Nº 2/2201**. Brasília (DDF): Disponível em: < <http://www.mec.gov.br/seesp/legislacao.htm>>. Acesso em: 05/08/2010.

DECLARAÇÃO DE COCHABAMBA. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127510por.pdf. Acesso em: 24/09/2010

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em 18/09/2010.

DECRETO nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Disponível em: <http://warau.nied.unicamp.br/?id=t801>. Acesso em 01/11/2010.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **O verde não é o azul listado de amarelo**: considerações sobre o uso da tecnologia na educação/reabilitação de pessoas com deficiência. Disponível em: www.bancodeescola.com/verde.htm. Acesso em: 05/08/2010.

SARTORETTO, Mara Lúcia Madrid. **Escola de qualidade para todos**. Disponível em: <http://laurams.wordpress.com/2008/04/18/escola-de-qualidade-para-todos> Acesos em: 20/10/2010.

APÊNDICE

Questionário Aplicado

a) Nome: _____

b) Idade: _____

c) Formação:

d) Curso de pós-graduação ou aperfeiçoamento:

e) () *stricto sensu* () *latus sensu*

f) Tempo de Magistério: _____

g) Disciplinas em que atua: _____

2- Dados gerais:

Você concorda que alunos com necessidades educacionais especiais sejam atendidos em classes regulares?

() Sim () Não () Em parte

Por quê?

Quais são as dificuldades encontradas na realização dos processos de inclusão?
Cite quais e de que natureza.

Que sugestões você daria para a efetivação do processo de inclusão através das novas tecnologias?

Você faz uso das TICs no processo de ensino aprendizagem?

() Sim () Não

Se sim, quais você utiliza e como?

Levando em consideração que você trabalha com alunos especiais em classes regulares, identifique que competências o professor deve ter para um ensino/aprendizagem?
